

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.043 - DF (2019/0235547-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DA TERRACAP - ADTER
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS FREITAS BARROS E OUTRO(S) - DF026944
RECORRIDO : ELMO INCORPORACOES LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO MARÇAL VIEIRA E SILVA - GO031444
ALAN DE AZEVEDO MAIA - GO023947
LENNER MARTINS SILVA - GO038019
INTERES. : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP
ADVOGADO : ANDRE QUEIROZ LACERDA E SILVA E OUTRO(S) - DF040016

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DA TERRACAP - ADTER, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. IMÓVEIS. TERRACAP. OBRIGAÇÃO DE CONSTRUIR. PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE FATO EXCEPCIONAL OU IMPREVISÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR DA CAUSA INESTIMÁVEL. APRECIÇÃO EQUITATIVA.

I - A Resolução nº 225/11, do Conselho de Administração da Terracap, vigente à época da celebração dos contratos, estabelecia a obrigação de construir no imóvel no prazo de 70 meses.

II - A crise econômica no país e as dificuldades financeiras enfrentadas pela autora perante os seus credores e o mercado imobiliário não representam superveniência de fatos excepcionais ou imprevisíveis, art. 57, § 1º, inc. II, da Lei 8.666/93, visto que são inerentes ao risco da própria atividade. Improcedência dos pedidos de prorrogação do prazo contratual para construir nos imóveis e de revogação das respectivas cláusulas.

III - Observado que não há condenação nem proveito econômico, e que o valor da causa é inestimável, em sentido contrário a irrisório, os honorários advocatícios são arbitrados por apreciação equitativa, art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC.

IV - Os honorários advocatícios foram fixados em conformidade com os parâmetros dos incs. I a IV do § 2º do art. 85 do CPC e em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, art. 8º do CPC.

V - Apelações desprovidas" (fl. 323e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 340/344e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO

I - O acórdão não contém nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC, e os embargos de declaração não se prestam para o reexame de matéria julgada.

II - Para fins de prequestionamento, basta que a matéria seja efetivamente examinada no Tribunal de origem, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, art. 1.025 do CPC.

III - Embargos de declaração desprovidos" (fl. 348e)

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao **art. 85, §§ 2º, 6º e 8º, do CPC/2015**, sustentando que os honorários advocatícios devem ser fixados sobre o valor atualizado da causa.

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões não apresentadas.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 422/423e).

A irresignação merece prosperar.

Acerca dos honorários advocatícios, assim dispôs o acórdão recorrido:

"A r. sentença julgou improcedentes os pedidos. Assim, observada a natureza eficaz do pronunciamento judicial e os parâmetros para fixação dos honorários - condenação, proveito econômico e valor atualizado da causa - incidiriam os honorários sobre esse último.

No entanto, vê-se que à causa foi atribuído o valor de R\$ 4.044.856,96, em 08/02/18 (id. 6463172, pág. 13).

O § 8º do art. 85 do CPC disciplina que, nas ações em que for inestimável o valor da causa, o que também equivale a dizer com valor altíssimo ou de muito valor, porque em sentido contrário a 'irrisório', o Juiz fixará os honorários mediante apreciação equitativa, observados os incs. I a IV do § 2º do mesmo artigo.

Essa é exatamente a hipótese dos autos, pois, se fixados os honorários com base no valor da causa, a verba honorária seria excessiva, visto

que em desacordo com os parâmetros legais do § 2º do art. 85 do CPC, quais sejam, (I) o grau e zelo profissional, (II) o lugar da prestação do serviço, (III) a natureza e complexidade da causa, (IV) o trabalho realizado pelo Advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Desse modo, devem ser mantidos os honorários advocatícios fixados por apreciação equitativa, na forma do §8º do art. 85 do CPC, sob pena de violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, art. 8º do CPC, bem como da vedação de enriquecimento sem causa, art. 884 do CC)" (fls. 334/335e).

Com efeito, consoante a jurisprudência firmada nesta Corte, o § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo, ou quando irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da condenação ou do proveito econômico, com obediência aos limites impostos pelo § 3º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE.

(...)

II - Por outro lado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados de acordo com os parâmetros estampados nos incisos I a IV do § 2º e com os percentuais delimitados no § 3º do art. 85 do CPC/2015. Nesse sentido, confirmam-se: AgInt no REsp 1665300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 e REsp 1644846/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 31/08/2017.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.740.865/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 30/04/2018).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS. PROTESTO DE CHEQUES E INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO COMERCIANTE. DISCUSSÃO QUANTO AO VALOR DA COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.

(...)

3. No caso dos autos, considerando que o valor da condenação não foi irrisório e também o art. 85, § 2º, do NCPC, que impõe a fixação dos honorários entre 10% e 20% sobre o valor da condenação, não há como falar em ausência de razoabilidade no arbitramento dessa verba.

4. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa" (STJ, AgInt no REsp 1.364.771/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 19/12/2017).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO.

IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM CONFORMIDADE COM O QUE PREVÊ A LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO TEMA.

1. Consoante a jurisprudência sedimentada do STJ, 'o quantum dos honorários advocatícios, em razão da sucumbência processual, está sujeito a critérios de valoração previstos na lei processual, e sua fixação é ato próprio dos juízos das instâncias ordinárias, às quais competem a cognição e a consideração das situações de natureza fática' (REsp 1.671.566/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

2. Sendo assim, a modificação do valor dos honorários advocatícios fixados na origem excederia as razões colacionadas no acórdão recorrido, demandando o exame do acervo fático-probatório, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. Ademais, o art. 85, § 2º, do CPC/2015 preconiza que os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

4. Na presente hipótese, nota-se que a Corte local arbitrou a verba honorária em 20% sobre o valor da condenação, ou seja, no percentual máximo previsto no citado dispositivo legal, o que leva à conclusão de que não há falar em violação do art. 85, § 2º, do CPC/2015, ante à suposta irrisoriedade do valor dos honorários advocatícios, uma vez que os termos expostos no aresto hostilizado guardam perfeita harmonia com o que prevê a legislação pertinente ao tema.

5. Em havendo condenação (como no caso), o seu valor deve servir como base para o cálculo da verba honorária, devendo ser respeitada a norma prevista no art. § 2º, do art. 85 do CPC/2015 que estipula limites máximos e mínimos para o arbitramento dos honorários advocatícios.

6. Indeferido o pleito do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB de ingressar no feito na qualidade de amicus curiae, uma vez que não ficou demonstrada a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, conforme prevê o art. 138, do CPC/2015.

7. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.711.104/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 26/10/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, estando o acórdão recorrido em desacordo com o posicionamento dessa Corte Superior, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a determinar ao Tribunal de origem, a quem cabe a análise dos fatos e das circunstâncias da causa, a efetiva fixação do montante adequado dos honorários, na linha da jurisprudência colacionada.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora